



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

MENSAGEM Nº 130/2025

AOS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DO PODER LEGISLATIVO

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Honrado pela oportunidade de dirigir-me a Vossas Excelências, apresento os meus sinceros cumprimentos, ao mesmo tempo, no uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 72 da Lei Orgânica, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi **VETAR INTEGRALMENTE POR INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL** o Projeto de Lei Complementar nº 1406/2025, que *“Altera a Lei Complementar nº 994, de 07 de agosto de 2024, para incluir a área do Lote de Terras nº 10-A, desmembrado do Título Definitivo nº 2322010226, conhecido como Cascalheira, no Programa Especial de Regularização Fundiária Urbana do Município de Porto Velho”*.

Consultada, a Procuradoria Geral do Município sugeriu no seguinte sentido:

“II – FUNDAMENTAÇÃO

De acordo com o art. 42, § 1º da Constituição Estadual de Rondônia, o Governador (Prefeito), **vetará projeto de lei** quando considerar **Inconstitucional, ou contrário ao interesse público, veta-lo-á total ou parcialmente, in verbis:**

Art. 42. O projeto de lei, se aprovado, será enviado ao **Governador do Estado**, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o **Governador do Estado** considerar o projeto de lei, **no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente**, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, os motivos do veto ao Presidente da Assembleia Legislativa.

Nesse sentido, o veto é **político**, quando a matéria é considerada contrária ao interesse público; **jurídico**, se entendida como inconstitucional; ou por ambos os motivos – **inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público**.

No caso em comento, analisando o **projeto de lei complementar nº 1406/2025** – proposto pela **Câmara Municipal** refletem no **Plano Diretor do Município, geram despesas, logo impactam o orçamento, matéria de iniciativa do Prefeito**.

O Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia possui consolidado entendimento a respeito da matéria, em razão das dezenas de Ações já promovidas pela Municipalidade, veja:

Ação direta de inconstitucionalidade. Área urbana. Expansão. Plano diretor. Alteração legal. Iniciativa do legislativo. Atividade administrativa. Impacto no orçamento. Geração de despesas. Disciplina constitucional. Requisitos. Violação. Separação dos poderes. Procedência. **A competência que disciplina a gestão administrativo-patrimonial é privativa do Chefe do Poder Executivo, assim, a iniciativa de lei do Legislativo que altera zonas urbanas em desrespeito às normas, estudos e planejamento prévios, com impacto de vulto no planejamento e execução orçamentária, importa em violação frontal ao texto constitucional, pois quando a pretexto de legislar, o Poder Legislativo administra, editando leis que equivalem na prática a verdadeiros**



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

atos de administração, viola a harmonia e a independência que deve existir entre os poderes estatais (TJRO, Direta de Inconstitucionalidade n. 0010778-55.2014.8.22.0000, Tribunal Pleno, Relator Des.Oudivanil de Marins, j. em 21/3/2016) – g.n

...

Ação direta de inconstitucionalidade. Área urbana. Expansão. Plano diretor. Alteração legal. Iniciativa do legislativo. Atividade administrativa. Impacto no orçamento. Geração de despesas. Disciplina constitucional. Requisitos. Violação. Separação dos poderes. Procedência. A competência que disciplina a gestão administrativo-patrimonial é privativa do Chefe do Poder Executivo, assim, a iniciativa de lei do Legislativo que altera zonas urbanas em desrespeito às normas, estudos e planejamento prévios, com impacto de vulto no planejamento e execução orçamentária, importa em violação frontal ao texto constitucional, pois quando a pretexto de legislar, o Poder Legislativo administra, editando leis que equivalem na prática a verdadeiros atos de administração, viola a harmonia e a independência que deve existir entre os poderes estatais. (TJRO, Direta de Inconstitucionalidade n. 0012567-89.2014.8.22.0000, Tribunal Pleno, Relator Des. Oudivanil de Marins, j. em 31/3/2016).

...

Medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade. Lei Complementar n. 643/2016. Área Urbana. Expansão. Norma legal. Redação idêntica. Inconstitucionalidade declarada. Violação ao princípio da impessoalidade. Inconstitucionalidade material. Impõe-se a declaração de inconstitucionalidade da norma legal atacada, que possui redação idêntica a dispositivo declarado inconstitucional, quando do julgamento de caso semelhante por este Tribunal. Viola o princípio da impessoalidade, merecendo ser declarada materialmente inconstitucional, a norma que concede tratamento diferenciado sem justificativa plausível (TJRO, Direta de Inconstitucionalidade n. 0802496-87.2017.8.22.0000, Tribunal Pleno, Relator Des. Paulo Kiyochi Mori, j. em 2/7/2018) – g. n.

...

EMENTA: Ação Direta de Inconstitucionalidade. **Lei Complementar n. 838 do Município de Porto Velho. Área urbana. Expansão. Plano diretor. Alteração legal. Atividade administrativa. Impacto no orçamento. Geração de despesas. Vício de iniciativa. Inconstitucionalidade formal e material configurada. Ação julgada procedente.** O Pleno desta Corte firmou posicionamento de que a possibilidade de expansão da área urbana da cidade de Porto Velho, em especial, sobre a margem esquerda do Rio Madeira, por se tratar de atividade administrativa com impacto direto no orçamento, a competência é privativa do Chefe do Poder Executivo. A inconstitucionalidade formal dos dispositivos está presente, na medida em que, inseridos mediante emenda parlamentar em projeto de lei de autoria do Poder Executivo, versam sobre matéria reservada à iniciativa do Prefeito, pois implica aumento da despesa originalmente prevista.

As alterações legislativas não atenderam os requisitos previstos na Constituição Federal e também no Estatuto da Cidade (art. 42-B da Lei n. 10.257/2001), razão pela qual também está patente a inconstitucionalidade material do ato normativo que, sem qualquer estudo prévio consistente, dispõe sobre a ampliação do perímetro urbano da Capital. Ação julgada procedente. Processo: 0811231-70.2021.8.22.0000 - DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (95) Relator: Des. ROWILSON TEIXEIRA Data distribuição: 22/11/2021 17:31:00 Data julgamento: 19/09/2022 Polo Ativo: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA Polo Passivo: CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO.

Acresce-se, ainda, que a tentativa do Poder Legislativo de elaborar e promulgar lei dispondo sobre programa de conciliação e mediação administrativa em conflitos fundiários, tanto urbanos quanto rurais, já foi objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, conforme se observa:

EMENTA: Ação direta de inconstitucionalidade. Lei municipal que cria e regulamenta o Programa de Conciliação e Mediação Administrativa em Conflitos Fundiários Urbanos e Rurais. Vício de iniciativa. Violação à separação dos poderes. Inconstitucionalidade reconhecida. A separação de poderes é princípio basilar do Estado democrático de direito e, na busca desse equilíbrio, a CF/88 e, por simetria, as Constituições Estaduais e Leis Orgânicas repartem as funções estatais entre órgão distintos, cuja observância é obrigatória e a sua violação configura vício de iniciativa. A norma elaborada pelo Poder Legislativo municipal que cria e regulamenta o Programa de Conciliação e Mediação Administrativa em



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Conflitos Fundiários Urbanos e Rurais, dentre outras providências, está eivada de inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa, pois configura indevida ingerência do Poder Legislativo nas atribuições administrativas, que são próprias do Poder Executivo, não obedecendo a reserva de iniciativa, devendo ser declarada inconstitucional.(TJRO - Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE, Processo nº 0806207-90.2023.8.22.0000, Tribunal Pleno Judiciário / Gabinete Des. Alexandre Miguel, Relator(a) do Acórdão: Alexandre Miguel Data de julgamento: 05/04/2024).

(...)

IV – CONCLUSÃO

Ante o exposto, **opinamos pelo VETO INTEGRAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 1406/2025 POR INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL E AFRONTA AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES**, considerando que foi elaborado sem observância das normas pertinentes ao processo de elaboração das leis municipais.”

Essas, senhores Vereadores, são as razões que me levaram a **VETAR INTEGRALMENTE** o Projeto de Lei Complementar em causa, a qual submeto à elevada apreciação dos senhores membros da Câmara Municipal.

Porto Velho – RO, 21 de outubro de 2025.

(assinado digitalmente)

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito



Assinado por **Leonardo Barreto De Moraes** - Prefeito - Em: 23/10/2025, 23:45:31